



**Simulado de Direito Administrativo: Conceitos Iniciais
(CESPE/ABIN/2018)**

01) Julgue o item que se segue, a respeito de aspectos diversos relacionados ao direito administrativo.
Entre as fontes de direito administrativo, as normas jurídicas administrativas em sentido estrito são consideradas lei formal e encontram sua aplicabilidade restrita à esfera político-administrativa.

Comentário:

Fontes Formais x Fontes Materiais¹	
Fontes Formais	Fontes Materiais
Fontes que emanam do Estado criado por meios de processos formais estabelecidos pela ordem jurídicas .	Fontes produzidas fora do ambiente institucional do Estado. Ex: Jurisprudência, Doutrina e Costumes.
Não se limitam à esfera político-administrativa , abrangendo também a esfera particular.	
Ex: Constituição, Lei em Sentido Amplo.	
Fonte¹: Rafael Rezende Oliveira – Curso de Direito Administrativo 4º ED.	

Gabarito: Errado.

(FCC/MPU/2007)

02) A reiteração dos julgamentos num mesmo sentido, influenciando a construção do Direito, sendo também fonte do Direito Administrativo, diz respeito à jurisprudência.

Comentário:

Jurisprudência - Atividade Interpretativa
- É considerada uma fonte secundária, indireta ou subsidiária ;
- É o entendimento criado a partir de diversas decisões tomadas pelo poder judiciário com um mesmo entendimento .
- A Jurisprudência tende a nacionalizar-se , pois as suas teses são criadas em relação aos casos concretos .
- Em regra , a Jurisprudência não tem o poder de vincular a Administração Pública, ressalvados os casos:
* De decisões do STF no controle abstrato de normas , que produzem eficácia contra todos e efeito vinculante aos órgãos do Judiciário e à Administração Pública de todos os entes políticos ;
* Súmulas Vinculantes .

Gabarito: Correto.

(FCC/TRE-PE/2011)

03) No que concerne às fontes do Direito Administrativo, é correto afirmar que:
O costume não é considerado fonte do Direito Administrativo.

Comentário:

Fontes do Direito Administrativo
- Indicam as diretrizes das normas e princípios do Direito Administrativo .
- A doutrina considera como fontes do Direito Administrativo :
* Lei em Sentido Amplo ; (Fonte Primária)
* Doutrina ; (fonte secundária, indireta ou subsidiária;)
* Jurisprudência ; (fonte secundária, indireta ou subsidiária;)
* Costumes . (fonte secundária, indireta ou subsidiária;)

Gabarito: Errado.

(CESPE/TCE-MG/2018)

04) Considerando a origem, a natureza jurídica, o objeto e os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo, julgue o item.

O direito administrativo é ramo recente do direito e a aplicabilidade da legislação a ele pertinente restringe-se ao Poder Executivo.

Comentário:

OBS: Os **poderes** não se limitam ao exercício da função típica, **podendo exercer funções atípicas**, nos mandamentos da **CF/88**.

Funções Atípicas



* Legislativo: Exerce função jurisdicional , no juízo do P.R pelo Senado nos crimes de responsabilidade e exerce função administrativa por meio da gestão pessoal, organização dos seus serviços auxiliares ;
* Judiciário: Exerce função legislativa , elaborando seus regimentos internos e função administrativa organizando seus serviços auxiliares ;
* Executivo: Exerce função legislativa através de decretos e regulamentos e judiciária por meio dos processos administrativos ;
- A função que mais engloba o Direito Administrativo é a função administrativa, exercida tipicamente pelo Executivo, que aplica a lei. A função administrativa tem como característica a sua atuação de maneira imediata e concreta para atingir a finalidade pública;

Gabarito: Errado.

(CESPE/TJ-SE/2014)

05) De acordo com o critério das relações jurídicas, o direito administrativo pode ser visto como o sistema dos princípios jurídicos que regulam a atividade do Estado para o cumprimento de seus fins.

Comentário:

Critério Teleológico ou Finalista
- O direito administrativo atua a partir de princípios e regras , tendo como finalidade garantir o interesse público .
- É o sistema dos princípios jurídicos que regulam a atividade do Estado para o cumprimento de seus fins, de utilidade pública .
- Critica: Outros ramos do direito público também possuem a finalidade de garantir o interesse público .
Critério das Relações Jurídicas
- O direito administrativo é um conjunto de normas que regem as relações entre a administração e os administrados .
- As relações jurídicas entre Estado e Administrado são de responsabilidade do direito administrativo .
- Critica: O direito administrativo não é o único ramo do direito que estabelece relações jurídicas com o administrado, existindo também outros ramos como: trabalhista, tributário, penal .

Gabarito: Errado.

(CESPE/TRF - 1ª REGIÃO/2017)

06) Tendo como referência a doutrina jurídica majoritária, julgue o item a seguir, a respeito de conceitos, princípios e classificações do direito administrativo.

A escola da puissance publique distingue-se da escola do serviço público por conceituar o direito administrativo pela coerção e pelas prerrogativas inerentes aos atos de império, diferenciando-os dos atos de gestão.

Comentário:

Escola da Potestade Pública (Puissance)
Diferencia as atividades do Estado em:
* Atividades de Autoridade: O Estado atua com certa autoridade perante os particulares por meio do poder de império; (Situação Vertical)
* Atividades de Gestão: O Estado atua em pé de igualdade com o particular; (Situação horizontal).
Escola da Puissance publique estabelece que apenas as atividades de autoridade sejam que são regidas pelo Direito Administrativo;

Gabarito: Correto.

(CESPE/PGE-PE/2019)

07) Com relação à origem e às fontes do direito administrativo, aos sistemas administrativos e à administração pública em geral, julgue o item que segue.

Um dos aspectos da constitucionalização do direito administrativo se refere à elevação, ao nível constitucional, de matérias antes tratadas por legislação infraconstitucional.

Comentário:

Constitucionalização do Direito Administrativo
- Um dos aspectos da constitucionalização do direito administrativo se refere à releitura dos seus institutos a partir dos princípios constitucionais .
- Conforme Di Pietro, a constitucionalização do direito administrativo se divide em dois sentidos :
* A elevação , ao nível constitucional , de matérias que eram consideradas como infraconstitucionais ;
* Irradiação dos efeitos das normas constitucionais por todo o sistema jurídico .

Gabarito: Correto.



(CESPE/MPE-PI/2018)

08) Julgue o item subsequente, relativo a controle da administração pública, regime jurídico administrativo, processo administrativo federal e improbidade administrativa.

Conforme o regime jurídico administrativo, apesar de assegurada a supremacia do interesse público sobre o privado, à administração pública é vedado ter privilégios não concedidos a particulares.

Comentário:

É permitido a Administração possuir privilégios não concedidos a particulares.

Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular
- É considerado um princípio implícito , sendo um princípio base do regime jurídico administrativo ;
- O princípio da supremacia estabelece que ocorrendo um conflito entre o interesse público e o particular, o primeiro leva vantagem , pois está voltado para o interesse da coletividade ;
- Di Pietro entende que o princípio da supremacia está presente tanto na elaboração da lei , quanto na execução em concreto .
- O princípio da supremacia não pode ser utilizado com finalidade direcionada ao interesse privado ;
- São exemplos de aplicação do princípio da supremacia: * Presunção de Veracidade, legitimidade e imperatividade ; * Cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos ; * No uso do poder de polícia administrativa , impondo restrições à atividade privada com finalidade do interesse coletivo ; * Intervenção do Estado na propriedade privada ;
- O princípio da supremacia do interesse público sobre o particular não é aplicado quando o Estado possui uma relação de horizontalidade com o particular , como nos casos de exploração de atividade econômica, contratos de locação . Porém em certos casos a Administração Pública continua possuindo alguns aspectos do direito público .

Gabarito: Errado.

(CESPE/TCE-MG/2018)

09) As tarefas precípua da administração pública incluem a realização de atividades de fomento e a prestação de serviços públicos.

Comentário:

Administração Pública
- Existem dois conceitos em relação à Administração Pública:
* Administração Pública em Sentido Estrito : É a administração que pratica atos de execução com poderes de decisão limitados a natureza executiva, sem ter atos de governo .
* Administração Pública em Sentido Amplo : Abarca os atos de governo que são exercidos pelos órgãos com função política, assim como os órgãos que exercem função administrativa , ou seja, que executam os planos de governo ;
- A Administração Pública em Sentido Estrito , pode ser conceituada a partir de duas espécies :
* Administração Pública em Sentido Formal, Orgânico ou Subjetivo : Conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas que executam as atividades administrativas do Estado; (Algumas BANCAS consideram que as atividades da Administração públicas são executadas apenas pela Administração Direta e Indireta);
* Administração Pública em Sentido Material, Objetivo ou Funcional : Consiste nas atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes que possuem função administrativa do Estado ; Tal sentido está relacionado à Administração Externa ou Extroversa , que é aquela que se vincula à interação com a sociedade (administrados) ;
- São consideradas atividades da Administração Pública :
* Polícia Administrativa : Atividades de limitações ou condicionamentos aos direitos do particular com a finalidade no interesse coletivo ;
* Serviço Público : Atividades Administrativas executadas pelas entidades públicas ou por agentes delegados , sob o regime predominantemente público ;
* Fomento : procura incentivar as iniciativas privadas , de forma que estas se condicionem à utilidade pública por meio das atividades administrativas ;
* Intervenção : É a fiscalização e regulamentação da atividade das entidades de natureza privada e também a atuação direta do estado na ordem econômica , assim como nas propriedades privadas , através de desapropriação, servidão e tombamento .
OBS: Ainda existe a Administração Pública em Sentido Operacional , que é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade ;



Gabarito: Correto.

(CESPE/TJ-CE/2014)

10) A administração pública, em sentido subjetivo, diz respeito à atividade administrativa exercida pelas pessoas jurídicas, pelos órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa.

Comentário:

Administração Pública em Sentido Formal, Orgânico ou Subjetivo
Conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas que executam as atividades administrativas do Estado; (Algumas BANCAS consideram que as atividades da Administração públicas são executadas apenas pela Administração Direta e Indireta);
Administração Pública em Sentido Material, Objetivo ou Funcional
* Administração Pública em Sentido Material, Objetivo ou Funcional : Consiste nas atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes que possuem função administrativa do Estado ; Tal sentido está relacionado à Administração Externa ou Extroversa , que é aquela que se vincula à interação com a sociedade (administrados) ;
- São consideradas atividades da Administração Pública :
* Polícia Administrativa : Atividades de limitações ou condicionamentos aos direitos do particular com a finalidade no interesse coletivo ;
* Serviço Público : Atividades Administrativas executadas pelas entidades públicas ou por agentes delegados , sob o regime predominantemente público ;
* Fomento : procura incentivar as iniciativas privadas , de forma que estas se condicionem à utilidade pública por meio das atividades administrativas ;
* Intervenção : É a fiscalização e regulamentação da atividade das entidades de natureza privada e também a atuação direta do estado na ordem econômica , assim como nas propriedades privadas , através de desapropriação, servidão e tombamento .
OBS: Ainda existe a Administração Pública em Sentido Operacional , que é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade ;

Gabarito: Errado.